

**A ESCOLA DE TEMPO
INTEGRAL SOB A
PERSPECTIVA DA
SUSTENTABILIDADE:
CONTRIBUIÇÕES PARA A
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS EDUCACIONAIS**

**THE FULL-TIME SCHOOL FROM THE PERSPECTIVE OF SUSTAINABILITY:
CONTRIBUTIONS TO THE EVALUATION OF PUBLIC EDUCATIONAL
POLICIES**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 23/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/784486471](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/784486471)

Givaldo Henrique dos Santos¹

Celecina de Maria Veras Sales²

RESUMO

Este artigo analisa a política pública da Escola de Tempo Integral sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, discutindo suas contribuições para a avaliação de políticas públicas educacionais. Parte-se do pressuposto de que a ampliação da jornada escolar deve ser compreendida para além dos indicadores tradicionais de desempenho, considerando seus impactos sociais, políticos, culturais e institucionais. A pesquisa caracteriza-se como um estudo teórico, fundamentado nas contribuições de Chacon (2007; 2022), Chacon e Nascimento (2020) e Gadotti (2008), articulando os conceitos de desenvolvimento sustentável, educação para a sustentabilidade e Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS). O estudo evidencia que a sustentabilidade constitui um referencial analítico capaz de ampliar a compreensão sobre os resultados das políticas públicas, incorporando dimensões como justiça social, equidade, participação democrática, proteção social e fortalecimento das capacidades humanas. Nesse contexto, argumenta-se que a Escola de Tempo Integral possui potencial para promover inclusão social, formação cidadã, desenvolvimento comunitário e fortalecimento das relações entre escola e território, contribuindo para processos de desenvolvimento mais justos e sustentáveis. Conclui-se que a avaliação dessa política deve ultrapassar critérios de eficiência administrativa e desempenho escolar, incorporando abordagens que permitam compreender seus efeitos sobre a transformação social e o desenvolvimento humano, reafirmando a educação integral como estratégia relevante para a construção de sociedades democráticas, inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Escola de Tempo Integral; Desenvolvimento Sustentável; Avaliação de Políticas Públicas; Sustentabilidade; Educação integral.

ABSTRACT

This article analyzes the Full-Time School public policy from the perspective of sustainable development, discussing its contributions to the evaluation of educational public policies. It proceeds from the premise that the extension of the school day must be understood beyond traditional performance indicators, taking into account its social, political, cultural, and institutional impacts. The research is characterized as a theoretical study grounded in the contributions of Chacon (2007; 2022), Chacon and Nascimento (2020), and Gadotti (2008), linking the concepts of sustainable development, education for sustainability, and Sustainability-Based Evaluation (SBE). The study demonstrates that sustainability serves as an analytical framework capable of broadening the understanding of public policy outcomes by incorporating dimensions such as social justice, equity, democratic participation, social protection, and the strengthening of human capabilities. In this context, it is argued that the Full-Time School holds the potential to promote social inclusion, citizenship education, community development, and the strengthening of ties between the school and its territory, thereby contributing to fairer and more sustainable development processes. The article concludes that the evaluation of this policy must go beyond criteria of administrative efficiency and academic performance, incorporating approaches that allow for an understanding of its effects on social transformation and human development, while reaffirming integral education as a significant strategy for building democratic, inclusive, and sustainable societies.

Keywords: Full-Time School; Sustainable Development; Public Policy Evaluation; Sustainability; Integral Education.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a discussão sobre desenvolvimento sustentável tornou-se central nos debates acadêmicos, políticos e institucionais em diferentes partes do mundo. A crescente intensificação das desigualdades sociais, dos problemas ambientais e das crises econômicas evidenciou os limites de um modelo de desenvolvimento fundamentado prioritariamente no crescimento econômico e na expansão dos mercados. Foi assim que surgiu a necessidade de construir novas formas de pensar e de implementar políticas públicas capazes de promover não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social, a participação democrática e a preservação das condições de vida das gerações presentes e futuras.

A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável representou um marco importante nesse processo. Mais do que uma proposta voltada à proteção ambiental, a sustentabilidade passou a ser compreendida como um paradigma capaz de orientar a construção de sociedades mais equitativas, inclusivas e democráticas. Entender a sustentabilidade assim ampliou significativamente o campo de análise das políticas públicas, exigindo que sua formulação, implementação e avaliação considerassem múltiplas dimensões da realidade social.

Assim, a educação assume papel fundamental. Reconhecida como um direito social fundamental e como elemento estruturante do desenvolvimento humano, ela constitui um dos principais instrumentos de transformação social disponíveis às sociedades contemporâneas. A ampliação do acesso à educação e a qualificação das experiências formativas passaram a ser compreendidas não apenas como metas educacionais, mas também como

componentes essenciais para a construção de processos de desenvolvimento sustentáveis.

É nesse caminho que se inclui a política de Escola de Tempo Integral. Ao propor a ampliação da jornada escolar e o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à formação integral dos estudantes, essa política busca responder simultaneamente a desafios educacionais e sociais historicamente presentes na realidade brasileira. Mais do que ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, a educação integral pretende promover oportunidades de aprendizagem, o fortalecimento da cidadania, a ampliação do repertório cultural e a redução das desigualdades sociais.

Entretanto, a análise dessa política não deve restringir-se a indicadores tradicionais de desempenho educacional, tais como taxas de aprovação, frequência escolar ou resultados em avaliações padronizadas. Considerando a complexidade dos objetivos atribuídos à educação integral, torna-se necessário adotar perspectivas avaliativas capazes de captar seus impactos sociais mais amplos, especialmente os relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a Escola de Tempo Integral como política pública promotora do desenvolvimento sustentável, discutindo suas potencialidades e desafios a partir das contribuições teóricas de Chacon (2007; 2022), Chacon e Nascimento (2020) e Gadotti (2008). Busca-se demonstrar que a sustentabilidade oferece importantes referenciais para a avaliação de políticas públicas educacionais, permitindo

compreender seus resultados para além da lógica da eficiência administrativa e dos indicadores quantitativos de desempenho.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A compreensão contemporânea do desenvolvimento sustentável resulta de um longo processo de construção teórica e política que buscou superar as limitações dos modelos tradicionais de desenvolvimento. Durante grande parte do século XX, predominou a ideia de que o crescimento econômico seria capaz de produzir automaticamente melhorias nas condições de vida da população. No entanto, a persistência das desigualdades sociais, a concentração de renda e a degradação ambiental demonstraram que o crescimento econômico, isoladamente, não era suficiente para garantir desenvolvimento.

Ao analisar esse processo, Chacon (2007) destaca que a sustentabilidade surge como uma alternativa crítica aos paradigmas da modernidade que orientaram a construção das políticas públicas ao longo da história. Conforme Chacon (2007), a sustentabilidade representa uma ruptura com modelos de desenvolvimento centrados exclusivamente no crescimento econômico, exigindo a incorporação de dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais nos processos de formulação e implementação das políticas públicas. Segundo a autora, o desenvolvimento sustentável não deve ser compreendido apenas como um conjunto de ações voltadas à preservação ambiental, mas como um projeto político e social que busca promover formas mais equilibradas de organização da sociedade.

Nessa linha de raciocínio, a sustentabilidade ultrapassa a dimensão ecológica e passa a incorporar elementos relacionados à justiça social, à inclusão, à participação democrática e à valorização dos territórios e das culturas locais. Para Chacon (2007), o desenvolvimento sustentável exige uma compreensão integrada da realidade, reconhecendo a interdependência entre fatores econômicos, sociais, ambientais e político-institucionais (CHACON, 2007).

Essa abordagem amplia significativamente a compreensão sobre o papel das políticas públicas. Se o desenvolvimento sustentável depende da construção de condições sociais mais justas e equilibradas, as políticas públicas passam a desempenhar funções estratégicas na promoção dessas transformações. Elas deixam de ser percebidas apenas como instrumentos administrativos de gestão estatal e passam a ser compreendidas como mecanismos de indução de processos de mudança social.

Ao discutir a relação entre sustentabilidade e ação institucional, Chacon (2022) argumenta que os diagnósticos sobre os problemas contemporâneos já foram amplamente produzidos. Para a autora, o desafio contemporâneo não consiste apenas em compreender os problemas, mas em construir práticas institucionais capazes de transformar o conhecimento acumulado em ações efetivas voltadas para a sustentabilidade (CHACON, 2022). O grande desafio atual não reside mais na identificação dos problemas, mas na capacidade de transformar conhecimento em ação efetiva. Para a autora, a sustentabilidade precisa deixar de ser apenas um discurso normativo e tornar-se uma prática concreta incorporada às instituições e às políticas públicas.

Essa reflexão é particularmente relevante para a análise das políticas educacionais. Em muitos casos, os documentos oficiais incorporam princípios de equidade, inclusão e cidadania. Porém, a efetivação desses princípios depende da capacidade institucional de transformá-los em práticas concretas capazes de produzir impactos reais na vida das populações atendidas.

Sob essa ótica, o desenvolvimento sustentável exige políticas públicas comprometidas com a promoção do bem comum e com a redução das desigualdades sociais. Mais do que responder a demandas imediatas, essas políticas devem contribuir para a construção de capacidades individuais e coletivas, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e ampliando suas possibilidades de participação social.

A educação ocupa posição privilegiada nesse processo. Ao atuar diretamente na formação humana, ela tem potencial para promover transformações duradouras, contribuindo para a construção de sociedades mais democráticas, inclusivas e sustentáveis. Por essa razão, políticas educacionais voltadas para a ampliação das oportunidades de aprendizagem e para a formação integral dos estudantes podem ser compreendidas como importantes estratégias de desenvolvimento sustentável.

Portanto, a Escola de Tempo Integral apresenta-se como uma política pública que dialoga diretamente com os princípios da sustentabilidade. Ao ampliar as experiências educativas dos estudantes e fortalecer os vínculos entre escola, comunidade e território, essa política possui potencial para produzir impactos que ultrapassam os limites da aprendizagem escolar, alcançando

dimensões sociais, culturais e cidadãs fundamentais para a construção do desenvolvimento sustentável.

3. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

A avaliação de políticas públicas consolidou-se como um dos principais instrumentos de gestão e aperfeiçoamento da ação estatal. Tradicionalmente, os processos avaliativos foram orientados por critérios relacionados à eficiência administrativa, à eficácia dos programas e ao alcance de metas previamente estabelecidas. Embora esses aspectos sejam relevantes, frequentemente se mostram insuficientes para compreender a complexidade dos impactos das políticas públicas na sociedade.

Chacon e Nascimento (2020) argumentam que a avaliação das políticas públicas precisa avançar para além das abordagens convencionais, incorporando os pressupostos do desenvolvimento sustentável como referência analítica. As autoras ressaltam que políticas públicas aparentemente eficientes podem não contribuir para a redução das desigualdades nem para a promoção da justiça social, razão pela qual a sustentabilidade deve ocupar posição central nos processos avaliativos (CHACON; NASCIMENTO, 2020). Segundo as autoras, não basta avaliar se uma política atingiu seus objetivos imediatos; é necessário compreender se ela contribui efetivamente para a construção de sociedades mais justas, inclusivas, democráticas e ambientalmente responsáveis.

Partindo dessa compreensão, as autoras propõem a Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), uma abordagem que busca integrar as múltiplas dimensões da sustentabilidade aos processos

avaliativos das políticas públicas. A proposta parte do reconhecimento de que o desenvolvimento sustentável não pode ser reduzido a indicadores econômicos ou ambientais isolados, o que exige uma análise abrangente capaz de considerar as relações entre as diferentes dimensões da vida social. Segundo Chacon e Nascimento (2020), a ABS busca verificar se as políticas públicas promovem solidariedade intra e intergeracional, superação das desigualdades, participação social, fortalecimento democrático e compromisso com o bem comum.

A ABS fundamenta-se na ideia de que toda política pública produz impactos que vão além de seus objetivos formais. Dessa forma, a avaliação deve investigar não apenas os resultados diretamente previstos, mas também suas consequências sociais, culturais, econômicas, ambientais e político-institucionais. Trata-se de uma perspectiva que amplia significativamente o olhar avaliativo, permitindo compreender de forma mais completa os efeitos das intervenções estatais.

Para Chacon e Nascimento (2020), uma política pública orientada pela sustentabilidade deve contribuir para a promoção da solidariedade intra e intergeracional. Esse princípio pressupõe que os benefícios produzidos pelas políticas alcancem tanto a população atual quanto as gerações futuras, evitando processos de exclusão, concentração de oportunidades ou comprometimento das condições de vida futuras. Assim, avaliar uma política pública implica questionar em que medida ela fortalece as possibilidades de desenvolvimento humano de forma duradoura e equitativa.

Outro aspecto central da ABS refere-se ao enfrentamento das desigualdades sociais. As autoras defendem que a sustentabilidade

somente pode ser alcançada em contextos que promovam a justiça social e a redução das diversas formas de exclusão. Dessa forma, a avaliação precisa identificar se as políticas públicas contribuem para ampliar as oportunidades, fortalecer os direitos e reduzir as vulnerabilidades historicamente produzidas pelas estruturas sociais.

A participação social também ocupa uma posição estratégica na proposta avaliativa. Segundo Chacon e Nascimento (2020), processos avaliativos comprometidos com a sustentabilidade devem ser construídos de forma democrática, incorporando a perspectiva dos diferentes atores envolvidos. Essa concepção rompe com modelos tecnocráticos de avaliação e reconhece que os sujeitos diretamente impactados pelas políticas possuem conhecimentos e experiências fundamentais para a compreensão de seus resultados.

Além disso, a ABS destaca a importância das dimensões político-institucionais na análise das políticas públicas. A sustentabilidade exige instituições capazes de promover a transparência, a participação, a continuidade administrativa e o compromisso com o interesse coletivo. Sendo assim, a avaliação deve considerar não apenas os resultados alcançados, mas também a qualidade dos processos de gestão, de implementação e de governança das políticas.

As autoras destacam, ainda, que a Avaliação com Base na Sustentabilidade dialoga diretamente com os princípios da Agenda 2030 das Nações Unidas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforçam a necessidade de integração entre o crescimento econômico, a inclusão social, a proteção ambiental, o fortalecimento institucional e a promoção da paz. Assim, a ABS apresenta-se como uma ferramenta capaz de aproximar os

processos avaliativos das diretrizes globais voltadas à construção do desenvolvimento sustentável.

Ao ampliar os critérios tradicionalmente utilizados na avaliação de políticas públicas, a proposta de Chacon e Nascimento oferece importantes contribuições ao campo da Avaliação de Políticas Públicas. Sua principal inovação consiste em compreender que o sucesso de uma política não pode ser medido exclusivamente por indicadores quantitativos ou metas administrativas. Mais importante do que verificar se uma política funciona é compreender para quem ela funciona, de que forma produz seus resultados e quais transformações promove na realidade social.

Essa vertente torna-se particularmente relevante quando aplicada às políticas educacionais. A educação envolve processos complexos de formação humana, construção da cidadania e desenvolvimento social, cujos resultados dificilmente podem ser captados apenas por meio de indicadores de desempenho escolar. Assim, a incorporação da sustentabilidade como referência avaliativa possibilita análises mais abrangentes, capazes de identificar contribuições relacionadas à inclusão social, à participação cidadã, ao fortalecimento comunitário e à ampliação das capacidades humanas.

Consequentemente, a Avaliação com Base na Sustentabilidade constitui um importante referencial teórico e metodológico para a análise de políticas públicas contemporâneas, especialmente aquelas que, como a educação integral, têm objetivos que vão além da simples oferta de serviços e buscam promover transformações sociais mais amplas e duradouras.

4. EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

A relação entre educação e sustentabilidade tem se consolidado como um dos temas centrais dos debates contemporâneos sobre desenvolvimento. Mais do que um instrumento de transmissão de conhecimentos, a educação passou a ser compreendida como um processo fundamental para a formação de sujeitos capazes de participar criticamente da sociedade e contribuir para a construção de modelos de desenvolvimento mais justos e sustentáveis.

Nessa ideia, Gadotti (2008) defende que a sustentabilidade não deve ser entendida apenas como uma questão ambiental, mas também como um princípio orientador da vida social. Para o autor, educar para a sustentabilidade significa promover uma formação comprometida com a cidadania, a solidariedade, a justiça social e a responsabilidade coletiva. Trata-se de uma educação voltada à transformação da realidade e à construção de uma cultura fundamentada no respeito à vida em todas as suas dimensões.

Segundo Gadotti (2008), a educação para a sustentabilidade exige a superação de práticas pedagógicas fragmentadas e excessivamente centradas na transmissão de conteúdo. Para Gadotti (2008), educar para a sustentabilidade implica formar sujeitos capazes de compreender a complexidade dos problemas contemporâneos e de atuar coletivamente na construção de alternativas socialmente justas e ambientalmente responsáveis. O desafio consiste em construir processos educativos capazes de articular conhecimento, valores, atitudes e participação social. Nessa ótica, a escola deixa de ser apenas um espaço de instrução formal e passa a desempenhar

um papel estratégico na formação de cidadãos comprometidos com a transformação social.

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Chacon (2022), ao afirmar que a construção do desenvolvimento sustentável depende da capacidade das instituições de incorporar a sustentabilidade como prática cotidiana e como valor político. A autora destaca que a transformação social exige ações concretas capazes de promover mudanças nas formas de pensar, agir e organizar a vida coletiva. Assim, a educação apresenta-se como um dos principais instrumentos para a consolidação desses processos.

A escola ocupa uma posição privilegiada nessa tarefa. Sendo assim, a educação deixa de ser apenas um mecanismo de transmissão de conhecimentos e passa a constituir um processo permanente de formação cidadã e de emancipação humana (GADOTTI, 2008). Ao reunir diferentes sujeitos, culturas, experiências e saberes, ela constitui um espaço potencial para a construção de valores relacionados à convivência democrática, à participação social e à responsabilidade coletiva. Quando orientada pelos princípios da sustentabilidade, a educação pode contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes de seus direitos e deveres, fortalecendo sua capacidade de atuar na transformação dos territórios em que vivem.

É justamente nesse cenário que a política de Escola de Tempo Integral ganha relevância. Ao ampliar a jornada escolar, essa política cria condições para o desenvolvimento de experiências educativas mais diversificadas e integradas, possibilitando que a formação dos estudantes ultrapasse os limites tradicionalmente associados ao ensino formal.

A educação integral parte do pressuposto de que a formação humana não se limita ao desenvolvimento cognitivo. Ela também envolve aspectos sociais, culturais, afetivos, éticos e políticos. Dessa forma, a ampliação do tempo escolar busca favorecer experiências que contribuam para a formação plena dos sujeitos, ampliando suas oportunidades de aprendizagem e de participação social.

Sob a perspectiva da sustentabilidade, essa característica assume importância ainda maior. A ampliação das experiências educativas possibilita o fortalecimento de competências relacionadas à convivência coletiva, à resolução de conflitos, à valorização da diversidade, à participação cidadã e ao compromisso com o bem comum. Tais elementos constituem dimensões fundamentais para a construção de sociedades sustentáveis.

Além disso, a Escola de Tempo Integral tem potencial para fortalecer a relação entre a escola, a comunidade e o território. Ao desenvolver atividades culturais, esportivas, artísticas e comunitárias, a instituição escolar amplia sua capacidade de diálogo com a realidade local e contribui para a valorização dos saberes presentes na comunidade. Essa aproximação favorece a construção de processos educativos mais contextualizados e socialmente relevantes.

Outro aspecto importante refere-se à proteção social. Em contextos marcados por desigualdades econômicas e vulnerabilidades sociais, a ampliação da permanência dos estudantes na escola pode representar uma importante estratégia de garantia de direitos. A oferta de alimentação, acompanhamento pedagógico, atividades complementares e espaços seguros de convivência contribui para a

redução de situações de exclusão e para a ampliação das oportunidades de desenvolvimento humano.

Entretanto, compreender a Escola de Tempo Integral apenas como um mecanismo de proteção social reduziria o alcance de seus objetivos. Sua principal contribuição para o desenvolvimento sustentável reside na capacidade de promover processos formativos voltados à emancipação dos sujeitos. Isso significa criar condições para que crianças e jovens desenvolvam autonomia, pensamento crítico, participação cidadã e capacidade de intervenção na realidade social.

A educação integral dialoga diretamente com os princípios da sustentabilidade defendidos por Gadotti (2008). Ao promover uma formação comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, a Escola de Tempo Integral pode ser compreendida como uma política pública capaz de contribuir para a formação das bases humanas e sociais necessárias ao desenvolvimento sustentável.

Assim, mais do que uma política educacional voltada à ampliação da jornada escolar, a Escola de Tempo Integral pode ser entendida como um instrumento estratégico de transformação social. Sua relevância ultrapassa os limites do sistema educacional e alcança dimensões mais amplas relacionadas à cidadania, à inclusão social, à participação democrática e à construção de territórios sustentáveis.

5. A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A compreensão da Escola de Tempo Integral como política pública para o desenvolvimento sustentável exige uma análise que

ultrapasse os limites tradicionalmente associados aos indicadores educacionais. Sob a perspectiva da sustentabilidade, torna-se necessário avaliar sua capacidade de promover transformações sociais duradouras, a inclusão, o fortalecimento da cidadania e a ampliação de oportunidades para os sujeitos e as comunidades atendidos.

A proposta de Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), desenvolvida por Chacon e Nascimento (2020), oferece importantes contribuições para essa reflexão. Ao defenderem que as políticas públicas devem ser analisadas com base em seus impactos sociais, econômicos, ambientais e político-institucionais, as autoras ampliam as possibilidades de compreensão dos efeitos das ações estatais. Assim, a Escola de Tempo Integral pode ser interpretada como uma política pública que contribui para a sustentabilidade ao atuar diretamente na formação humana e na redução das desigualdades sociais.

A primeira dimensão a considerar é a social. A redução das desigualdades constitui um dos critérios centrais da sustentabilidade, razão pela qual as políticas educacionais devem ser avaliadas também pela capacidade de ampliar oportunidades e promover a inclusão social (CHACON; NASCIMENTO, 2020). A educação integral tem potencial para ampliar oportunidades educacionais, especialmente para crianças e jovens de contextos de vulnerabilidade social. Ao oferecer maior tempo de permanência na escola, atividades complementares e acompanhamento pedagógico mais amplo, a política contribui para a democratização do acesso ao conhecimento e para a redução das desigualdades educacionais. Sob essa visão, a sustentabilidade relaciona-se diretamente à

promoção da equidade e da justiça social, princípios fundamentais da proposta defendida por Chacon e Nascimento (2020).

Além de ampliar as oportunidades de aprendizagem, a Escola de Tempo Integral pode contribuir para o fortalecimento da proteção social. Em muitos territórios brasileiros, a escola constitui um dos principais equipamentos públicos na vida cotidiana das comunidades. A ampliação da jornada escolar possibilita a oferta de alimentação, de espaços de convivência e de atividades culturais e esportivas, elementos que contribuem para a garantia de direitos e para o fortalecimento dos vínculos sociais. Dessa forma, a política educacional passa a desempenhar um papel relevante na construção de condições mais favoráveis ao desenvolvimento humano.

A dimensão político-institucional também merece destaque. Segundo Chacon (2007), o desenvolvimento sustentável depende da existência de instituições capazes de promover a participação, a inclusão e o compromisso com o interesse coletivo. Considerando isso, a Escola de Tempo Integral possui potencial para fortalecer práticas democráticas por meio da participação de estudantes, famílias, professores e da comunidade nos processos educativos. Quanto maior a capacidade da escola de dialogar com seu território e incorporar as demandas sociais locais, maior tende a ser sua contribuição para a construção de processos de desenvolvimento sustentáveis.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Gadotti (2008), para quem a educação deve formar sujeitos capazes de participar ativamente da vida social e política. Para o autor, a educação comprometida com a sustentabilidade deve fortalecer valores

democráticos, práticas solidárias e o protagonismo social dos sujeitos (GADOTTI, 2008). A sustentabilidade exige cidadãos conscientes de seus direitos, comprometidos com o bem comum e capazes de atuar na transformação da realidade. Nesse sentido, a educação integral tem potencial para fortalecer competências relacionadas à participação democrática, à convivência coletiva e à responsabilidade social.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão econômica da sustentabilidade. Embora a educação não produza resultados econômicos imediatos, seus efeitos têm caráter estruturante no desenvolvimento das sociedades. Investimentos em educação contribuem para a ampliação das capacidades humanas, a qualificação profissional e a redução de desigualdades que comprometem o desenvolvimento social. Assim, a Escola de Tempo Integral pode ser compreendida como uma política pública de caráter estratégico, cujos benefícios extrapolam os limites da instituição escolar e alcançam diferentes esferas da vida social.

Entretanto, reconhecer o potencial transformador da educação integral não significa ignorar os desafios presentes em sua implementação. A efetividade da política depende de fatores como financiamento adequado, infraestrutura física compatível com as atividades propostas, formação continuada dos profissionais da educação e articulação com as demandas dos territórios atendidos. Sem esses elementos, há risco de que a ampliação da jornada escolar se restrinja a uma mera extensão quantitativa do tempo de permanência dos estudantes na escola, sem promover mudanças significativas em seus processos formativos.

Sob a ótica da sustentabilidade, a qualidade da implementação torna-se um elemento fundamental da avaliação. Não basta ampliar o tempo escolar; é necessário garantir condições para que esse tempo se traduza em oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento humano e participação social. A sustentabilidade, nesse caso, não está associada apenas à existência da política, mas também à sua capacidade de produzir resultados socialmente relevantes e duradouros.

Outro desafio refere-se à necessidade de articulação entre a escola e o território. Chacon (2022) destaca que a construção do desenvolvimento sustentável exige a mobilização de diferentes atores sociais e institucionais. Nenhuma política pública é capaz de promover transformações significativas isoladamente. Assim, a Escola de Tempo Integral tende a alcançar melhores resultados quando estabelece relações de cooperação com famílias, organizações comunitárias, equipamentos públicos e demais instituições presentes no território.

Essa articulação amplia as possibilidades de construção de experiências educativas contextualizadas e fortalece o papel da escola como agente de desenvolvimento local. Ao reconhecer e valorizar os saberes comunitários, a política educacional contribui para o fortalecimento das identidades locais e para a construção de processos participativos de desenvolvimento.

Sendo assim, a Escola de Tempo Integral pode ser compreendida como uma política pública que dialoga diretamente com os princípios da sustentabilidade. Sua contribuição não se limita à melhoria dos indicadores educacionais, mas também abrange dimensões relacionadas à equidade social, à participação

democrática, à proteção social e ao fortalecimento das capacidades humanas. Sob essa ótica, a educação integral apresenta-se como uma estratégia relevante para promover processos de desenvolvimento comprometidos com a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste artigo permitiram refletir sobre a relação entre políticas públicas, desenvolvimento sustentável e educação integral, tendo a Escola de Tempo Integral como objeto de análise sob a perspectiva da sustentabilidade. Partiu-se do entendimento de que os desafios contemporâneos relacionados às desigualdades sociais, à exclusão e à fragilidade dos processos democráticos exigem abordagens capazes de superar concepções restritas de desenvolvimento e de avaliação das ações estatais.

As contribuições de Chacon (2007) evidenciam que o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como um processo multidimensional que integra aspectos sociais, econômicos, ambientais e político-institucionais. Tal compreensão amplia significativamente o papel das políticas públicas, que passam a ser concebidas não apenas como instrumentos administrativos, mas também como mecanismos de promoção de transformações sociais orientadas pela equidade, pela participação e pela construção do bem comum.

A partir dessa visão, a proposta de Avaliação com Base na Sustentabilidade (ABS), formulada por Chacon e Nascimento (2020), mostrou-se um importante referencial para a análise das políticas

públicas contemporâneas. Ao defenderem que a avaliação deve ir além dos critérios tradicionais de eficiência e eficácia, as autoras contribuem para a construção de processos avaliativos mais abrangentes, capazes de considerar os impactos sociais, institucionais e democráticos gerados pelas políticas públicas.

Aplicada ao campo educacional, essa abordagem possibilita compreender a Escola de Tempo Integral para além dos indicadores convencionais de desempenho escolar. A educação integral revela-se uma política pública com potencial para promover a inclusão social, o fortalecimento da cidadania, a ampliação das capacidades humanas e o desenvolvimento comunitário, elementos diretamente associados aos princípios da sustentabilidade.

As reflexões de Gadotti (2008) reforçam essa compreensão ao destacar que a educação para a sustentabilidade deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, participativos e comprometidos com a transformação social. Sob essa ótica, a Escola de Tempo Integral não se limita à ampliação do tempo de permanência dos estudantes na instituição escolar, mas também representa uma oportunidade de construção de experiências formativas capazes de fortalecer valores democráticos, práticas solidárias e o compromisso com a coletividade.

Entretanto, o potencial transformador dessa política depende de condições concretas de implementação. Aspectos relacionados ao financiamento, à infraestrutura, à formação dos profissionais da educação e à articulação entre a escola e o território são determinantes para a efetividade dos resultados. Assim, a avaliação assume um papel estratégico ao possibilitar a identificação de

avanços, limitações e desafios no processo de implementação da política.

Conclui-se, portanto, que a Escola de Tempo Integral pode ser compreendida como uma política pública relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente quando analisada a partir de referenciais que valorizam a justiça social, a participação democrática e o fortalecimento das capacidades humanas. Ao mesmo tempo, o artigo evidencia que a sustentabilidade oferece importantes contribuições ao campo da Avaliação de Políticas Públicas, ampliando os horizontes analíticos e favorecendo interpretações mais complexas e comprometidas com a transformação da realidade social.

Dessa forma, compreender a educação integral sob a perspectiva da sustentabilidade não significa apenas reconhecer seus benefícios educacionais, mas também identificar sua capacidade de contribuir para a construção de sociedades mais inclusivas, democráticas e sustentáveis, objetivo que permanece central para as políticas públicas no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do. **Para além do (pré)conceito e do discurso: proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade.** Revista Aval, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 62-83, jul./dez. 2020.

CHACON, Suely Salgueiro. **Hora de agir: a universidade como protagonista do desenvolvimento sustentável.** EntreAções: Diálogos em Extensão, Juazeiro do Norte, v. 3, n. 1, p. 17-30, jan./jun. 2022.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Unifreire, 2).

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

¹ Mestrando em Avaliação de Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP) pela Universidade Federal do Ceará, Professor da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0425-8952>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8284676736831575>.

² ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7662-0255>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4518176875892063>.